

ROTULAGEM AMBIENTAL TIPO I DO CAFÉ BRASILEIRO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO



Manual Operacional
para Obtenção do
Rótulo Ecológico



Advancing and Measuring
Sustainable Consumption
and Production (SCP) for
a Low-Carbon Economy
in Middle-income and Newly
Industrialized Countries
ADVANCE SCP



Ministério Federal
do Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

com base em uma decisão do
Parlamento Alemão

ONU
programa para o
meio ambiente

ibict

FUNDEP
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

ROTULAGEM AMBIENTAL TIPO I DO CAFÉ BRASILEIRO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Manual Operacional para Obtenção do Rótulo Ecológico

Organizador:

Thiago Oliveira Rodrigues

Autores:

Adriana de Souza Oliveira
André Luiz Appel
Cayan Antunes Dantas
Janinne Barcelos de Morais Silva
Juliana Gerhardt
Luane Souza de Araújo
Marcel Garcia de Souza
Thiago Oliveira Rodrigues



Brasília, 2021

© Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2021
Todos os direitos reservados

Nenhum uso desta publicação pode ser destinado à revenda ou qualquer outra finalidade comercial sem permissão prévia por escrito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT

DIRETORIA

Cecília Leite Oliveira

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS (CGNP)

Anderson Itaborahy

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E MANUTENÇÃO DE PRODUTOS CONSOLIDADOS (CGPC)

Bianca Amaro

COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA (CGTI)

Tiago Emmanuel Nunes Braga

COORDENAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (COEPE)

Gustavo Saldanha

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (COPAV)

José Luis dos Santos Nascimento

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO (COADM)

Reginaldo de Araújo Silva

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS APLICADAS A NOVOS PRODUTOS (COTEA)

Marcel Garcia de Souza

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

GABINETE DO MINISTRO (GME)

Paulo Roberto Nunes Guedes

ASSESSORIA ESPECIAL (ASSESP)

Marcelo de Siqueira Freitas

ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (ASSERI)

Esteves Pedro Colnago Junior

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (AEAE)

Daniella Marques Consentino

SECRETARIA EXECUTIVA (SE)

Marcelo Pacheco dos Guarany's

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)

Ricardo Soriano de Alencar

SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA (FAZENDA)

Bruno Funchal

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

José Barroso Tostes Neto

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO (SEPRT)

Bruno Bianco Leal

SEC. ESP. DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SECINT)

Roberto Fendt Junior

SEC. ESP. DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS (SEDDM)

Diogo Mac Cord de Faria

SEC. ESP. DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL (SEDGG)

Caio Mario Paes de Andrade

SEC. ESP. DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS (SEPPI)

Martha Seillier

SEC. ESP. DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE (SEPEC)

Carlos Alexandre Jorge Da Costa

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO - SDIC

José Ricardo Salles

Antônio José Juliani

Fábio Hideki Sakatsume

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA

Denise Hamú

Regina Cavini

Tatiana Pierre Francisco



PRODUÇÃO EXECUTIVA

Marcel Garcia de Souza

PROJETO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Janinne Barcelos

ORGANIZAÇÃO

Thiago Oliveira Rodrigues

AUTORES

Adriana de Souza Oliveira

André Luiz Appel

Cayan Antunes Dantas

Janinne Barcelos

Juliana Gerhardt

Kerlla de Souza Luz

Luane Souza de Araújo

Marcel Garcia de Souza

Thiago Oliveira Rodrigues

REVISORES TÉCNICOS

Antônio José Juliani

Regina Cavini

Tatiana Pierre Francisco

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Bianca Sampaio Antunes

DESIGN GRÁFICO, ILUSTRAÇÕES E DIAGRAMAÇÃO

Renato Palet

Índice

Agradecimentos	6
Prefácio	7
Apresentação	8
Sumário Executivo	9
Executive Summary	10
Introdução	11
Certificação Ambiental Para Uma Economia de Baixo Carbono	13
Transição para uma Economia de Baixo Carbono.....	13
Certificação Ambiental do café	14
Rotulagem Ambiental Tipo I	16
Considerações sobre o ciclo de vida.....	16
Benefícios da rotulagem ambiental tipo I.....	17
Inserção do rótulo ambiental tipo I no mercado global.....	17
Rótulo Ecológico ABNT	19
PE-399.01 - Rótulo Ecológico para Produtos Agrícolas	19
Como obter o Rótulo Ecológico para Produtos Agrícolas?.....	21
Auto avaliação	21
Auditoria de certificação.....	21
Manutenção.....	21
Custos.....	22
Orientações sobre a aplicação da marca ABNT.....	22
Contato para dúvidas e outras questões	22
Roadmap Para Obtenção de Rótulo Ecológico ABNT	24
Saiba Mais	26
Considerações Finais	28
Referências	29
Pesquisadores	30



Agradecimentos

A realização desse projeto, sintetizada neste manual, é fruto de uma bela parceria. Quero exaltar e agradecer o compromisso e dedicação dos colegas pesquisadores, parceiros nessa e em outras pesquisas sobre Informação para a Sustentabilidade. Profissionais de excelência que juntos entregam mais um produto de qualidade pela casa da informação científica e tecnológica brasileira, o Ibict.

Também ressalto a gentileza e a disponibilidade dos parceiros institucionais, do PNUMA e do Ministério da Economia, essenciais na gestão da pesquisa, na

revisão dos conteúdos e articulação dos contatos necessários à realização do projeto.

E expresso minha gratidão aos parceiros do café, produtores, torrefadores, exportadores e demais atores da cadeia cafeeira. Além de “objetos” dessa pesquisa, também foram protagonistas, essenciais para a compreensão dos desafios e oportunidades para a rotulagem ambiental do café brasileiro.

Thiago Oliveira Rodrigues
Pesquisador em sustentabilidade do Ibict



Prefácio

A Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC) do Ministério da Economia (ME) entende que para o alcance de uma economia de baixo carbono é necessária a mudança nos padrões vigentes de produção e de consumo para padrões mais responsáveis, com menos impactos socioambientais e econômicos e consequente redução da pegada ecológica. Torna-se importante estimular as mudanças nos padrões tecnológicos, assim como, a adoção, pela sociedade, de atividades sustentáveis que privilegiam a valorização econômica dos recursos naturais.

De acordo com a Agenda 2030, no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12), a SDIC promove o desenvolvimento de sistemas produtivos menos intensivos em recursos naturais, os quais propiciam a expansão de empregos com qualidade, o aumento da produtividade e o surgimento de novos nichos de mercado, o chamado mercado verde.

Para alcançar tal objetivo, existe a necessidade de evidenciar para o mercado as oportunidades de investimento e a geração de empregos e renda, concomitantemente com a preservação ambiental, a partir de critérios ambientais para os principais setores econômicos, dentre os quais o setor cafeeiro.

A postura de transparência das atividades produtivas é fundamental para viabilizar a economia de baixo carbono do setor cafeeiro nacional, o qual, mais uma vez, sinaliza fortemente nessa direção, com a adoção da rotulagem ambiental tipo I que é uma ferramenta de mercado importante para a mudança dos padrões de produção e de consumo tão almejados.

Nos tempos atuais, a rotulagem ambiental tipo I, atende ao direito básico do consumidor, que é o de ter acesso à informação, e à necessidade dos produtores, que é o de acessar novos mercados. Dessa forma, dentre os critérios que devem orientar as opções de consumo e de produção, como preço, qualidade e riscos à saúde também devem figurar com destaque o desempenho ambiental do produto e o de seus processos produtivos.



Considera-se este Manual Operacional, a participação do ME - em parceria com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) - no projeto de cooperação "Avançando e quantificando a Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) para uma economia de baixo carbono (Advance SCP-Brasil), iniciativas fundamentais para a promoção de uma Economia de Baixo Carbono em nosso país, com ênfase no desenvolvimento sustentável, no respeito ao meio ambiente e na melhoria da qualidade vida dos brasileiros.

Jorge Luiz de Lima
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio,
Serviços e Inovação (ME)



Apresentação

O projeto Advance SCP-Brasil integra o Programa de Informação ao Consumidor do Plano Decenal para a Produção e Consumo Sustentáveis (The 10 Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns, em inglês).

Implementado em 11 países, com o apoio da International Climate Initiative (IKI), o Advance SCP-Brasil tem como objetivo contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, promovendo o desenvolvimento de estruturas de Consumo e Produção Sustentáveis, visando economias de baixo carbono e a adoção de sistemas e ferramentas de informação confiáveis de forma a disponibilizar subsídios para que os consumidores possam tomar decisões sustentáveis.

O rótulo ambiental é uma ferramenta de comunicação que visa disponibilizar informações a fim de alterar de forma efetiva padrões de produção e de consumo. Ainda, busca também sensibilizar os consumidores e produtores para a necessidade de se utilizar os recursos naturais de forma ecologicamente adequada, além de criar um nicho de mercado para produtos que comprovadamente possuem menores impactos

socioambientais que outros e que preenchem os requisitos exigidos pelo chamado mercado verde.

Especificamente no Brasil, o projeto busca promover a economia de baixo carbono por meio da sensibilização e fortalecimento da capacidade nacional quanto à rotulagem ambiental tipo I, com foco no setor cafeeiro, a fim de contribuir com o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 da Agenda 2030, que estabelece metas para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis até o ano de 2030.

Além da promoção, o fortalecimento das capacidades do setor cafeeiro sobre rotulagem - setor econômico expressivo no país - o projeto entrega este manual detalhado acerca do processo de obtenção do rótulo ambiental tipo I da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o rótulo Beija-Flor. Com isso, espera-se que o presente documento tenha um papel facilitador e orientador àqueles que desejem obter o rótulo, além de promover a replicabilidade da informação para um maior número de interessados.

Regina Cavini

Oficial Sênior do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Tony Oliveira (Café Lavras MG) - Creative Commons



Sumário Executivo

Este Manual operacional busca, de forma concisa e didática, fornecer um passo a passo para aquisição da rotulagem ambiental tipo I do café brasileiro, com base no procedimento estabelecido pela ABNT, sob a norma NBR ISO 14024. Como resultado do Estudo de Linha de base sobre a Certificação Ambiental do Café Brasileiro - percepção dos stakeholders e estimativa da pegada carbono, também realizado no âmbito do Advance SCP-Brasil, os pesquisadores trazem considerações relevantes sobre o desempenho ambiental do setor cafeeiro, um dos mais representativos da economia nacional no mercado global, e impactos socioambientais – em especial, as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

Assim, o primeiro capítulo discorre sobre a Certificação Ambiental para uma Economia de Baixo Carbono; sua revisão conceitual demonstra que a adoção de rótulo ecológico no setor cafeeiro pode se tornar um promotor de bioeconomia circular e, por consequência, um agente ativo na redução das emissões de GEE. São apresentados os tipos de rotulagem ambiental regidos pela ABNT NBR ISO 14024. O capítulo seguinte, com foco na Rotulagem Ambiental Tipo I, considera aspectos sobre o ciclo de vida (extração de recursos, fabricação, distribuição, uso e descarte) e aponta os benefícios dessa rotulagem.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata do Rótulo Ecológico ABNT. Com base na documentação publicada pela ABNT e nos resultados de assistências técnicas realizadas junto a diversos atores do setor cafeeiro no Brasil, os pesquisadores detalham os passos necessários para sua obtenção. São pontuadas ações de auto avaliação e inserção do rótulo no mercado global, entre outras orientações para aplicação da marca ABNT. De forma sintética, traz ainda um Roadmap para a obtenção do rótulo ecológico da associação.

Em seguida, a seção Saiba mais, responde às questões mais frequentes sobre a rotulagem do tipo I, feitas por empresas e produtores rurais, no âmbito do projeto Advance SCP-Brasil. Visando facilitar o trabalho de orientação para novos candidatos ao Rótulo ABNT, são esclarecidas dúvidas sobre custos, prazos, legislação ambiental e critérios para distribuição do produto.

Os objetivos

- Colaborar para o entendimento dos critérios estabelecidos pela ABNT, para obtenção da rotulagem ambiental tipo I;
- Elucidar as etapas para aquisição do rótulo ecológico tipo I, sob as diretrizes do procedimento específico criado para o setor de café e chá no Brasil;
- Contribuir para as discussões sobre práticas de boa conduta socioambiental no sistema produtivo brasileiro, visando a diminuição de impactos ambientais.

O público-alvo

Produtores e demais atores do setor cafeeiro no Brasil. Assim como, órgãos regulatórios, instituições públicas e profissionais da área interessados em buscar parâmetros acerca de boas práticas ambientais, contribuindo para uma cadeia produtiva ecologicamente mais assertiva, co-responsável ambientalmente pela saúde dos ecossistemas.



Executive Summary

This operational Guide seeks, concisely and didactically, to provide a step-by-step to the acquisition of type I environmental labeling for Brazilian coffee, based on the procedure established by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), under the NBR ISO 14024 standard. As a result of the Baseline Study on the Environmental Certification of Brazilian Coffee - stakeholder perception and carbon footprint estimation, also carried out under the Advance SCP project, the researchers bring relevant considerations about the environmental performance of the coffee sector, one of the most representative of the national economy in the global market, and social and environmental impacts - in particular, the emissions of Greenhouse Gases (GHG).

Thus, the first chapter discusses Environmental Certification for a Low Carbon Economy; its conceptual review demonstrates that the adoption of eco-labels in the coffee sector can become a promoter of circular bioeconomy and, consequently, an active agent in reducing GHG emissions. The types of environmental labeling governed by ABNT NBR ISO 14024 are presented. The following chapter, focusing on Type I Environmental Labeling, considers aspects of the life cycle (resource extraction, manufacturing, distribution, use and disposal) and points out the benefits of labeling.

The third chapter, in turn, deals with the ABNT Ecolabel. Based on the documentation published by ABNT and on the results of technical assistance carried out with various actors in the Brazilian coffee sector, the researchers detail the necessary steps to obtain it. The text points out actions of self-evaluation and insertion of the label in the global market, among other guidelines for the communication of the ABNT brand. To summarize, it also brings a roadmap for obtaining the association's eco-label.

Then, the *Learn more* section answers the most frequent questions about type I labeling, asked by companies and rural producers, under the Advance SCP-Brasil project. Aiming to facilitate the work of orientation for new candidates to the ABNT Label, questions about costs, deadlines, environmental legislation and criteria for product distribution are clarified.

The Goals

- Collaborating to the comprehension of the criteria established by ABNT, to obtain type I environmental labeling;
- Clarifying the steps for acquiring the type I eco-label, under the guidelines of the specific procedure created for the coffee and tea sector in Brazil;
- Contributing to valuable discussions on rules of good social and environmental conduct in the Brazilian production system, aiming to reduce environmental impacts.

The Target Audience

Producers and other actors in the coffee sector in Brazil. As well as regulatory institutions, public institutions and professionals in the area interested in seeking parameters about good environmental practices, contributing to a more ecologically assertive production chain that is co-responsible for preserving the health of our ecosystem.



Introdução

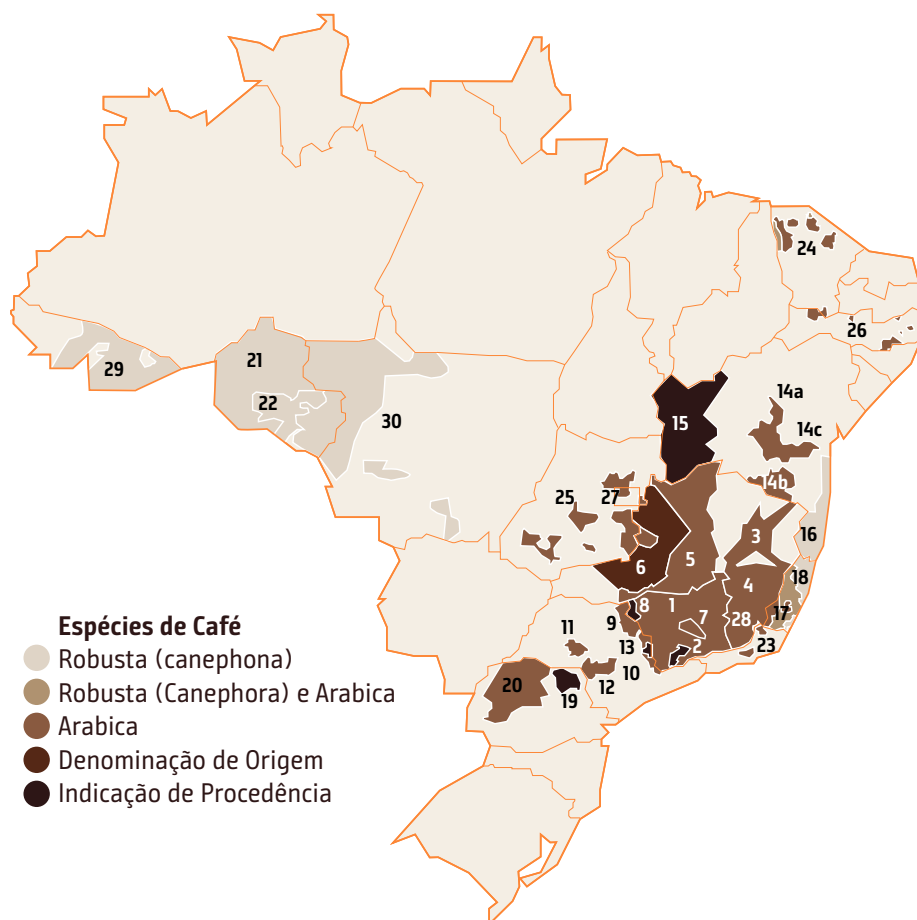
No Brasil, a cafeicultura confunde-se com a própria história do país. Desde o século XVIII, quando foram plantadas as primeiras mudas na região norte (Pará), a produção do café se difundiu pelo território brasileiro e, ao longo dos anos, ganhou forças para produção em escala comercial e para exportação. Os lucros decorrentes da cafeicultura, em meados do século XIX, levaram ao início do processo de modernização da economia e da sociedade brasileira. O café garantiu o acúmulo de capitais para a urbanização de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, e proveu grande parte dos capitais necessários para o processo de industrialização e para o desenvolvimento do sistema bancário. Para se ter uma ideia, em 1845, o Brasil já produzia 40% do café mundial (LOPES et al, 2014).

Com condições climáticas favoráveis e melhorias no manejo da cultura, bem como investimentos em tecnologia e pesquisas, atualmente, o Brasil possui uma área total cultivada com café que ultrapassa 2 milhões de hectares. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (2020), somadas as espécies arábica e conilon, o volume da produção foi de mais de 63 milhões de sacas de 60kg em 2020, gerando uma soma estimada em R\$519,08 bilhões. As cifras e números elevados na produção, fazem do café uma commodity importante para a economia brasileira e crucial no que se refere à absorção da mão-de-obra no meio rural e geração de empregos nos diversos setores da cadeia produtiva cafeeira. A figura 1 apresenta o mapa das regiões produtoras de café no Brasil. A Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) atualizou

o mapa em 2019 e identificou 30 zonas distribuídas em todas as regiões do país.

Contudo, verifica-se que muitos impactos socioambientais são desencadeados durante o processo de produção do café. Como acontece em outras culturas agrícolas, é preocupante o índice de desmatamento, a perda da biodiversidade faunística e florística, a contaminação dos recursos hídricos e o empobrecimento do solo (LOPES et al, 2014). Em especial, as emissões de GEE também exasperam os especialistas, uma vez que a produção agrícola é dependente de um clima bem regulado para o estabelecimento dos momentos do plantio e da colheita e, conseqüentemente, é um dos setores mais afetados pelos efeitos das mudanças globais do clima (ALBUQUERQUE et al, 2020).

Figura 1: Distribuição das zonas cafeeiras do Brasil.



Fonte: (BSCA) (2019)



Para dirimir esses problemas e reduzir as emissões de GEE, o setor agrícola tem tomado algumas medidas. A agricultura de precisão, a automação das operações de campo, os sistemas de cultivo mínimo e de plantio direto são algumas das iniciativas que merecem destaque. Para que tenham credibilidade e reconhecimento do consumidor e possam ganhar mercado mesmo com custos iniciais maiores, as práticas agrícolas sustentáveis também devem ser medidas a fim de se verificar sua contribuição para as reduções líquidas de emissão de GEE e requerem a certificação por terceiros.

A fim de contribuir para as boas práticas de conduta socioambiental no setor cafeeiro, o manual que você tem em mãos apresenta um passo a passo para a rotulagem ambiental tipo I do café brasileiro. O documento aborda a adoção de rótulo ecológico no setor cafeeiro com o propósito de se tornar um promotor da economia de baixo carbono. Em seguida, discute-se a rotulagem ambiental regida pela norma ABNT NBR ISO 14024. Então, passa-se a apresentação dos passos para a obtenção do rótulo ecológico da ABNT, definidos a partir das documentações da associação e dos resultados das assistências técnicas aos produtores e demais atores do setor cafeeiro envolvidos nesse projeto.

Tony Oliveira (Café Lavras MG) - Creative Commons



Certificação Para Uma Economia de Baixo Carbono

Transição para uma Economia de Baixo Carbono

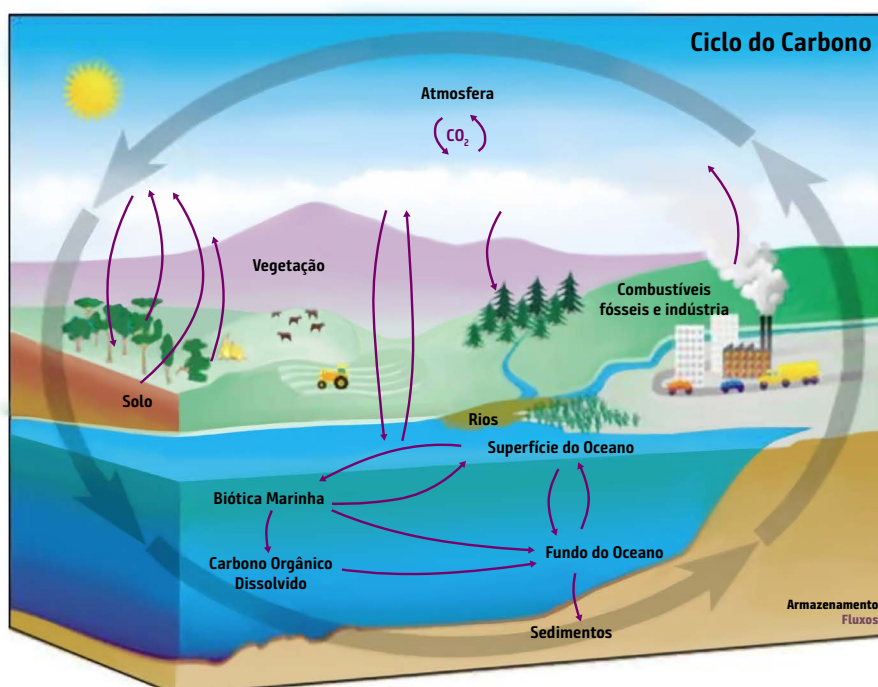
Na perspectiva de uma economia de baixo carbono, o foco está na redução expressiva e gradual das emissões de GEE provenientes de atividades humanas. Há iniciativas mais ambiciosas, propondo zerar ou “negativar” tais emissões, a ponto de retirar CO_2 da atmosfera, em busca de um reequilíbrio do clima planetário. Mas as tecnologias de remoção de gás carbônico, conhecidas como CCS (Carbon Capture and Storage, ou captura e armazenamento de carbono, em português) ainda estão se consolidando e apresentam discrepâncias metodológicas significativas.

As tecnologias CCS são aliadas da economia de baixo carbono e devem avançar junto às inovações tecnológicas nos sistemas artificiais, em especial nos de baixa eficiência e alta emissão. No momento, a redução de carbono na economia se apoia fortemente no avanço da bioeconomia circular, que privilegia os ciclos biológicos em substituição aos ciclos fósseis.

Nos ciclos biológicos não existem resíduos, mas sim matéria orgânica em decomposição, retornando ao sistema. Nesses ciclos, os vegetais capturam o CO_2 da atmosfera atual durante seu desenvolvimento e o retornam ao serem consumidos, portanto, são considerados carbono neutro. Já nos ciclos fósseis (geológicos), os recursos como petróleo e carvão fixaram CO_2 de milhões de anos atrás e ao serem consumidos retornam essa molécula “ancestral” à atmosfera, causando o incremento do efeito estufa e, conseqüentemente, o aquecimento global. A figura 2 ilustra os caminhos percorridos pelo carbono em seus ciclos biológico e geológico.

Trata-se de uma transição desafiadora, pois a economia “tradicional” fóssil está estabelecida há quase 300 anos, desde a Revolução Industrial. As matrizes energéticas de muitos países são suportadas basicamente por fontes fósseis como o carvão mineral. A mobilidade humana e de cargas ainda se baseia em sua maior parte em combustíveis oriundos do petróleo. Esse recurso também provê a sociedade com produtos de plástico para os mais diversos usos, domésticos e coletivos. O importante é que praticamente qualquer atividade humana pode mudar suas matérias-primas para fontes renováveis dos ciclos biológicos, em menor ou maior escala.

Figura 2 - Ciclos biológico e geológico do carbono.



Fonte: [MAGALHÃES](#) (2014).

O café é uma das culturas mais promissoras na implantação de uma bioeconomia circular de baixo carbono.

Portanto, economias de baixo carbono são possíveis e urgentes. Nesse contexto, as atividades agrárias se tornam refinarias biológicas ou biorrefinarias. Estas fornecem aos sistemas industriais os bioinsumos que serão transformados em bioprodutos a serem consumidos pela sociedade. Para que as transformações ocorram, as indústrias consomem energia que pode ser provida por sistemas baseados em energia renovável, inclusive com o aproveitamento de matéria residual das próprias transformações. Assim, o sistema de produção se torna circular, quase fechado. No fim de vida desses produtos, eles se desintegram e retornam à natureza de maneira mais eficiente e menos impactante, reduzindo de fato as emissões de GEE.

Certificação Ambiental do café

O café é uma das culturas mais promissoras na implantação de uma bioeconomia circular de baixo carbono. Trata-se de uma cultura perene que sequestra e fixa carbono durante o tempo em que estiver funcional, fornecendo colheitas por pelo menos 20 anos. No entanto, mesmo com baixo impacto, a cultura tem atividades que, desde a sua implantação até o momento da colheita, trazem impactos ambientais e emissões de GEE intrínsecas aos processos convencionais de produção e consumo de seus insumos, como o diesel consumido pelas máquinas agrícolas, os fertilizantes sintéticos e os pesticidas.

Para se avaliar o potencial do café como um bioproduto promotor da economia de baixo carbono ou uma cultura emissora, se faz necessário medir o balanço de carbono. Tal balanço se refere à diferença

entre o carbono capturado pela fotossíntese dos cafeeiros e o carbono liberado pela produção e consumo dos recursos fósseis. No caso de resultado positivo, ou seja, mais carbono sequestrado que o emitido, atesta-se o papel de sumidouro de carbono da cafeicultura. É o que acontece com o café, geralmente. No entanto, é necessário considerar cada caso, em função das diferenças regionais dos sistemas produtivos, incluindo as condições geográficas e edafoclimáticas, o grau de mecanização, os tratamentos culturais e, principalmente, a adoção de práticas sustentáveis que buscam intencionalmente a redução de impactos ambientais, como a redução das emissões de GEE, por exemplo.

Os produtores que se preocupam com o desempenho ambiental dos processos produtivos no campo e ofertam um produto diferenciado, precisam validar tal diferenciação. A validação deve se dar por uma avaliação independente, imparcial e competente, feita por profissionais capacitados e conhecedores da atividade. Esse é o processo de certificação, no qual o produtor recebe a comprovação de cumprimento de regras de boa conduta socioambiental, que determinam como o sistema produtivo deve ser conduzido para mitigar seus impactos ambientais de maneira verificável. Tal comprovação pode ser comunicada na forma de rótulos nas embalagens de café, ou por meio de documentos mais complexos, com a descrição dos processos e a apresentação dos respectivos impactos ambientais.

A certificação ambiental do café pode se dar por meio de diversos programas. Há programas de reconhecimento nacional ou internacional, independentes ou acreditados por órgãos competentes, mono ou multi temáticos (carbono ou desempenho ambiental), para produtos específicos ou categorias de produtos (café ou alimentos), classificatórios ou taxativos (selo bronze, prata, ouro ou selo único).

A rotulagem ambiental é um tipo de certificação que se caracteriza pela descrição e comunicação do perfil ambiental do produto por meio de um rótulo, também conhecido como selo ecológico. Os rótulos fornecem informações sobre um produto ou serviço em termos de suas características ambientais gerais, ou de um ou mais aspectos ambientais específicos (ABNT, 2002).

Segundo a Organização Internacional de Normalização (ISO), há três tipos de rótulos ambientais:



- Rotulagem Ambiental Tipo I - Selo Ecológico;
- Rotulagem Ambiental Tipo II - Auto Declarações Ambientais;
- Rotulagem Ambiental Tipo III - Declarações Ambientais de Produto (DAP).

Cada rotulagem tem sua própria norma, com objetivos, princípios, requisitos e procedimentos. Porém, todas são regidas pela norma ABNT NBR ISO 14020.

No Brasil, a rotulagem ambiental do café é razoavelmente disseminada. Há diversos tipos de rótulos, que podem ser separados entre os independentes e os acreditados, conforme destacado

anteriormente. Entre os independentes, há desde programas específicos para o café, passando por outros que tratam de comércio justo e produção orgânica, até programas para vários tipos de produtos agrários. No caso dos acreditados, há apenas um: o rótulo ambiental tipo I da ABNT. Também conhecido como Rótulo Ecológico, ele segue a norma ABNT NBR ISO 14024. Acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a ABNT é a representante oficial da ISO no Brasil e uma de suas fundadoras.

Essas características fazem do Rótulo Ecológico da ABNT um dos mais confiáveis e rigorosos na verificação do desempenho ambiental de produtos e serviços. No setor cafeeiro nacional ainda há bastante espaço para expansão da adoção do Rótulo Ecológico tipo I.

Tony Oliveira (Café Lavras MG) - Creative Commons



Rotulagem Ambiental Tipo I

A rotulagem ambiental do tipo I tem como objetivo comunicar informações precisas sobre aspectos ambientais de produtos e serviços, de modo que sejam verificáveis e, com isso, estimular a procura e o fornecimento de produtos e serviços que causem menor impacto ambiental.

Para contribuir com tal objetivo, os programas de rotulagem ambiental do tipo I estabelecem regras para identificar os critérios que devem ser obedecidos, a fim de que seja concedida a licença de uso.

No intuito de assegurar a transparência e a credibilidade na implementação desses programas, a ABNT elaborou a norma NBR ISO 14024, que tem como objetivo harmonizar os princípios e procedimentos a serem aplicados aos programas.

Essas são algumas definições trazidas pela NBR ISO 14024:

- Rótulo ambiental do tipo I é o rótulo concedido aos produtos ou serviços que estão de acordo com as regras de um programa de rotulagem ambiental do tipo I.
- Programa de rotulagem ambiental do tipo I é um programa voluntário de terceira parte, baseado em critérios múltiplos, que outorga uma licença e autoriza o uso de rótulos ambientais em produtos, indicando a preferência ambiental de um produto dentro de uma categoria de produto específica com base em considerações do ciclo de vida.
- Os programas de rotulagem ambiental do tipo I são elaborados definindo determinadas categorias de produtos. Para cada uma delas, são desenvolvidas uma série de critérios ambientais, que devem estar baseados em indicadores originados das considerações sobre o ciclo de vida de um determinado produto.

Considerações sobre o ciclo de vida

Uma das principais características dos rótulos ambientais do tipo I, e que os distingue dos outros tipos de rótulos ambientais, é o fato de que a elaboração dos critérios ambientais deve considerar aspectos do ciclo de vida do produto. Analisar o ciclo de vida possibilita identificar os pontos da cadeia produtiva em que os impactos são mais significativos, permitindo promover sua redução de fato, e não apenas transferi-los de um estágio do ciclo para outro. Dessa forma, de acordo com a norma ABNT NBR ISO 14024, o desenvolvimento dos critérios ambientais de produtos devem considerar as etapas de:

- extração de recursos;
- fabricação;
- distribuição;
- uso;
- descarte.

Qualquer outro tipo de arranjo em relação às etapas deve ser justificado para fins de análise.

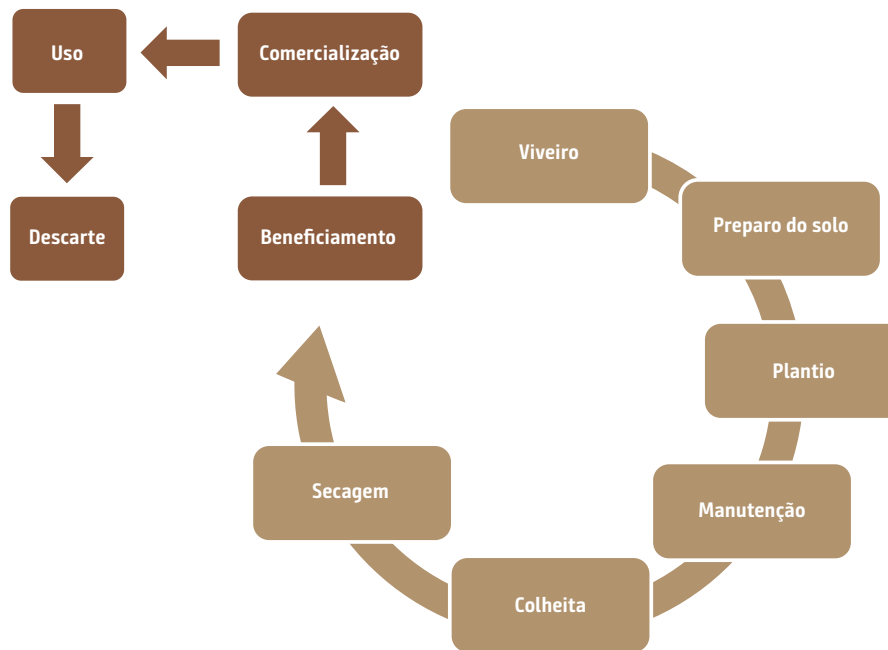
No caso do café, por ser um sistema de produto que pode ter diferentes origens, escalas de produção e manejo, os detalhes do sistema produtivo em si podem variar. Ou seja, dentro de cada "caixinha" do ciclo produtivo (figura 3), há uma série de particularidades quanto aos processos e materiais, que dependerão das diferenças citadas anteriormente.

Portanto, o ciclo apresentado na figura 3, apresenta somente as etapas mais amplas do ciclo de vida do café, tendo em vista que os rótulos ambientais do tipo I devem levar em consideração, se não todas as etapas, pelo menos os aspectos daquelas que causem maiores impactos ambientais na cadeia produtiva e/ou as que são contempladas pelos critérios ambientais definidos no procedimento específico do produto agrícola café.

Logo, cabe a cada ator da cadeia do café (produtores, beneficiadores, comerciantes, exportadores e outros), ao ler este documento, identificar e entender as etapas do ciclo de vida do seu produto. Isso permitirá traçar o plano de trabalho para atendimento dos critérios exigidos nos programas de rotulagem tipo I.



Figura 3 - Fases do ciclo de vida do café.



Benefícios da rotulagem ambiental tipo I

O caminho necessário para adquirir um rótulo ambiental tipo I pode trazer diversos benefícios, como sintetizado na figura 4.

Figura 4 - Benefícios propiciados pela rotulagem ambiental tipo I.



Outro benefício a ser considerado é o potencial de adoção do rótulo em cadeia de custódia completa do café, por meio da verticalização do sistema produtivo. Embora ela possa se apresentar como um desafio, a custódia completa traz a possibilidade de agregar valor ao produto final comercializado, consolidando

a marca e otimizando processos, com consequente redução dos custos.

De acordo com a Rama Global (2021), há ainda os seguintes benefícios:

- garantia de que o produto/serviço da empresa tem menor impacto ambiental do que seu similar que não tem o rótulo;
- mostra ao mercado que a sua empresa está preocupada com as próximas gerações;
- preservação do meio ambiente;
- redução de desperdícios (reciclagem);
- aumento da receita (venda de refugos para reciclagem);
- visibilidade e diferenciação da empresa no mercado.

Inserção do rótulo ambiental tipo I no mercado global

O primeiro rótulo ou selo ambiental, o Anjo Azul (Der Blauer Engel, em alemão), foi criado na Alemanha, em 1977, como um instrumento de política ambiental.

O objetivo era utilizá-lo para identificar produtos com processos produtivos menos impactantes ao meio ambiente quando comparados com os processos produtivos de seus concorrentes no mercado (ENAP, 2021).

Em 1992, a União Europeia criou o rótulo ambiental comunitário, Ecolabel Flower (Rótulo Ambiental Flor, em português). No ano seguinte, o Brasil lançou o Rótulo Ecológico ABNT (por vezes chamado de 'Beija-Flor') e a ISO passou a constituir o Comitê Técnico 207 (ISO/TC-207), com o mandato para desenvolver normas e instrumentos de gestão ambiental padronizados, que resultaram na série ISO 14000 (ENAP, 2021). Vale acrescentar que o programa

de rotulagem ambiental do Instituto Falcão Bauer, também lançou o Selo Ecológico Falcão Bauer, em 2007, mas este não se aplica a produtos alimentícios, como é o caso do café.

A presença da ABNT como representante brasileira junto à Global Ecolabelling Network (GEN) é papel de destaque e se faz muito importante no sentido de inserção do rótulo no mercado global. Além do Rótulo Ecológico ABNT, materiais de divulgação do produto podem eventualmente incluir a simbologia da rede (GEN) para um reforço das condições ambientais do café comercializado no exterior.



Rótulo Ecológico ABNT

No caso do café, o estabelecimento de critérios por parte da ABNT se dá a partir do Procedimento Específico (PE-399.01) – Rótulo para Produtos Agrícolas da ABNT

O Rótulo Ecológico ABNT é uma certificação voluntária, porém auditada, que atesta que um determinado produto causa menos impacto ao meio ambiente quando comparado com um produto similar não rotulado. No Brasil, é parte de um programa baseado em critérios múltiplos, aferidos pela ABNT para a concessão de licença de aplicação de um rótulo, um selo ambiental em um produto de uma categoria específica. A ABNT também é membro da GEN, entidade internacional que promove a rotulagem ambiental em todo o mundo, agregando demais entidades certificadoras e que concedem rótulos ambientais para produtos em diferentes países.

No caso do café, o estabelecimento de critérios por parte da ABNT se dá a partir do Procedimento Específico (PE-399.01) – Rótulo para Produtos Agrícolas da ABNT, que se aplica principalmente às categorias de produto café e chá.

PE-399.01 – Rótulo Ecológico para Produtos Agrícolas

De acordo com o documento PE-399.01, este procedimento estabelece os requisitos que os “produtos agrícolas”, disponíveis no mercado brasileiro, devem atender para obter a licença para uso da Marca ABNT de Qualidade Ambiental (Rótulo Ecológico ABNT).

Fazem parte da categoria “produtos agrícolas”:

- produtos de café;
- produtos de chá;
- outros produtos agrícolas, que deverão ser consultados junto à ABNT.

Os critérios de avaliação solicitados pelo PE-399.01 são divididos em quatro partes. Cada uma delas, trata do seguinte:

1. **informações gerais do procedimento**, delimitando sua aplicabilidade e o processo de avaliação;
2. **critérios gerais** que devem ser cumpridos pela empresa interessada em obter a certificação;
3. **critérios específicos** que devem ser cumpridos pela empresa e/ou pelo produto para poder obter a certificação;
4. **valor da nota mínima global** para obtenção da certificação.

O processo para obtenção da certificação inclui, ainda, uma etapa de autoavaliação. Nela, o interessado deve preencher a Planilha de autoavaliação para certificação conforme o procedimento PE-399.01 (disponibilizada por meio de solicitação feita à ABNT).

A planilha está dividida em três partes. A primeira, traz as instruções de preenchimento. A Parte 2, disponibiliza questões do tipo “passa/não passa”, com os critérios gerais a serem cumpridos (integralmente). Importa ressaltar que o não cumprimento de algum dos critérios estabelecidos nesta parte do procedimento, gera uma não conformidade, que deve ser solucionada para que a certificação possa ser concedida.

A Parte 3 da planilha trata dos critérios específicos. Nesse momento, são solicitadas informações a respeito da adequação ao uso do produto, uso de defensivos agrícolas, classificações, proteção de pessoal (trabalhadores), uso de fertilizantes e proteção ao meio ambiente, entre outros. A nota mínima para aprovação nesta etapa corresponde ao preenchimento dos critérios exigidos na letra “c” das perguntas.

Para a obtenção da certificação, a nota mínima global exigida é 3,3. Tal nota não deverá ser usada como diferencial ou vantagem competitiva pelos clientes e/ou nos produtos rotulados. Os grupos de critérios estabelecidos no PE-399.01 e na planilha de autoavaliação, foram compilados nas figuras 5 e 6.



Figura 5 - Síntese dos critérios gerais do PE-399.01 da ABNT.

Critérios Gerais

Critérios para certificação conforme procedimento



Figura 6 - Síntese dos critérios específicos do PE-399.01 da ABNT

Critérios Específicos

Critérios para certificação conforme procedimento



Como obter o Rótulo Ecológico para Produtos Agrícolas ?

O rótulo Rótulo Ecológico ABNT deve ser solicitado junto à ABNT. O primeiro passo é o preenchimento do Questionário de Avaliação Preliminar.

[Acesse o questionário aqui.](#)

Após o preenchimento, o questionário deve ser enviado para o e-mail: sustentabilidade@abnt.org.br. Na sequência, a ABNT fornecerá, sob demanda, a planilha de autoavaliação baseada no documento PE-399.01, que deve ser preenchida conforme os critérios de avaliação previamente apresentados.

Qualquer organização interessada pode solicitar um serviço de rotulagem ambiental por meio de formulário específico (RQ-083), disponível no site do [Rótulo Ecológico ABNT](#), cabendo à ABNT avaliar a capacidade de fornecer os serviços solicitados.

Primeiramente, a ABNT analisará o escopo (produto ou processo objeto do pedido de certificação) solicitado pela organização, assegurando que não foram excluídos elementos de sua operação que deveriam estar incluídos no escopo. Caso não seja possível dar continuidade ao processo de rotulagem ambiental, a ABNT comunicará formalmente à organização interessada, informando os motivos.

Caso seja possível dar continuidade ao processo, a ABNT deverá informar ao cliente que o Procedimento Geral da Marca ABNT - Qualidade Ambiental (PG-11) encontra-se disponível no site da [ABNT](#) e deve encaminhar uma proposta de prestação de serviços acompanhada do Contrato e do Procedimento específico referente à solicitação. A organização interessada deve ratificar a compreensão do processo de certificação e formalizar seu aceite através da assinatura do Contrato. A ABNT analisa a documentação e registra a abertura de processo no Sistema Operacional.

Auto avaliação

Antes da auditoria de certificação, a ABNT enviará ao solicitante um documento em formato “excel” com os critérios estabelecidos neste procedimento, para que seja feita a autoavaliação. O documento informará automaticamente a classificação da empresa em relação aos requisitos do procedimento, conforme sua avaliação. Caso algum requisito obrigatório não seja atendido, a Organização deverá corrigir todas as não-conformidades em seu processo produtivo.

Com a classificação aprovada, o solicitante poderá agendar junto à ABNT a auditoria de certificação, conforme especifica indica o Fluxograma do Processo de Certificação.

Auditoria de certificação

Durante a auditoria de certificação, a ABNT irá verificar o atendimento aos requisitos, utilizando o mesmo documento utilizado pelo solicitante para sua auto avaliação. A ABNT irá verificar se a auto avaliação está correta ou se há alguma divergência. Para os requisitos que podem ser evidenciados por meio de documentos, a solicitante deverá enviar as evidências para a ABNT, antes da auditoria de certificação. Atualmente a ABNT tem realizado auditorias de forma remota. Entretanto, dependendo da situação pode ser necessário que, pelo menos, uma parte da auditoria seja realizada presencialmente.

Manutenção

O ciclo de validade da certificação é de 3 anos, com manutenção anual. A ABNT efetuará anualmente um acompanhamento da Organização certificada a fim de assegurar que as condições que conduziram à emissão do certificado estão sendo mantidas. O acompanhamento da ABNT será realizado conforme o item 7.2 do [PG-11.14](#). Para pedidos de renovação, as exigências serão as mesmas aplicadas na certificação inicial e nas manutenções.



Custos

O custo para a obtenção do rótulo depende de diversos fatores, como a quantidade e tipo de produtos que serão certificados e a quantidade de unidades produtivas. Os custos da ABNT para uma organização com 1 produto e 1 unidade ficam na faixa de R\$18.000 a R\$20.000, para um contrato de 3 anos, podendo variar, o que não inclui as despesas de deslocamento de auditores e eventuais ensaios em laboratórios.

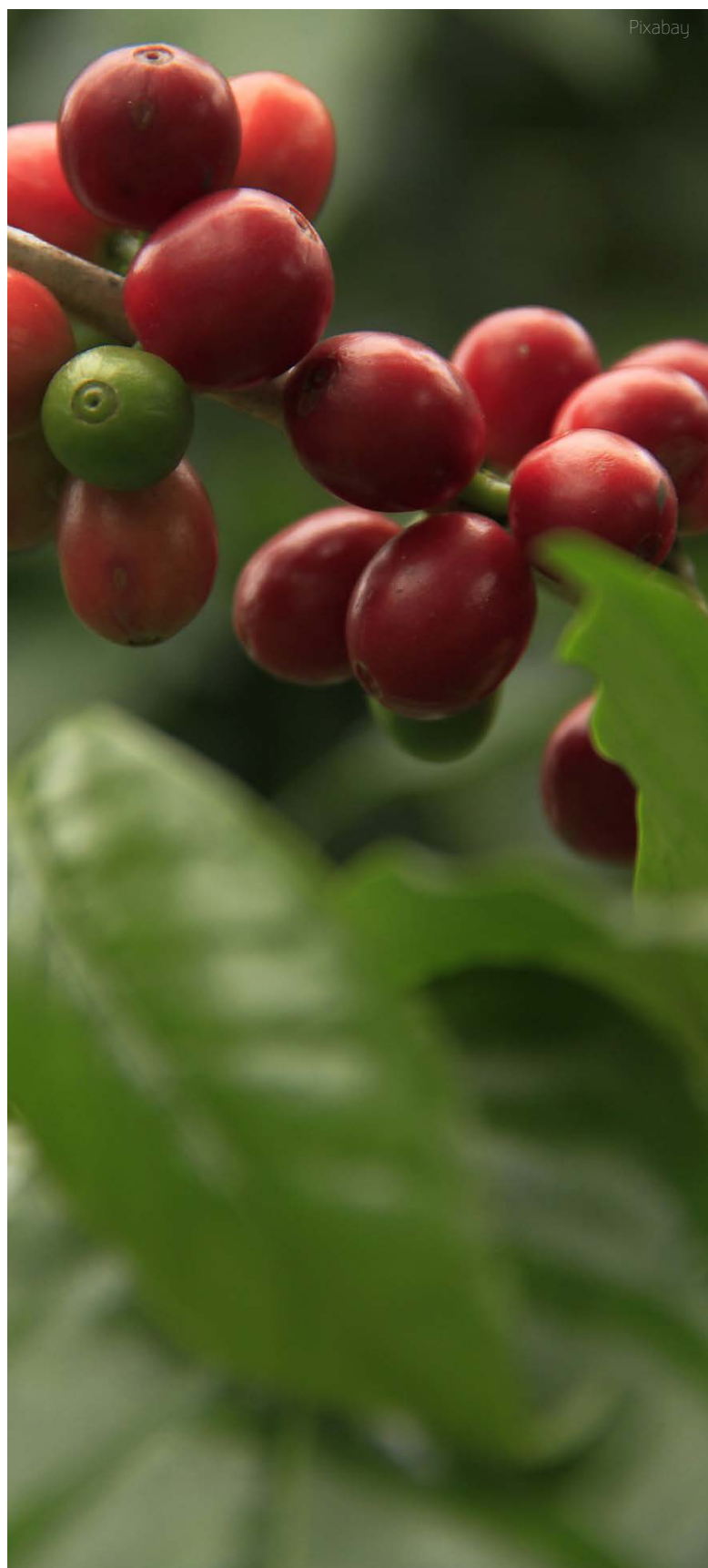
Orientações sobre a aplicação da marca ABNT

Organizações avaliadas e para as quais a ABNT concedeu o Rótulo Ecológico têm o direito e podem informar ao público da sua condição de certificação nos meios de comunicação tais como internet, folhetos ou propaganda, orçamentos, veículos, cartão de visita, uniformes, brindes ou outros meios. A forma e os locais de divulgação devem seguir as instruções do PG-15: Manual de Instruções de Uso das Marcas ABNT ou dos procedimentos específicos.

As organizações não devem fazer ou permitir qualquer declaração que induza a interpretação errada em relação a sua certificação. Elas poderão utilizar o rótulo para fins de divulgação promocional, entretanto, não deverão usar ou permitir o uso de um documento de certificação ou de qualquer parte dele, de maneira que induza a interpretação errada.

Contato para dúvidas e outras questões

Se você deseja mais informações ou tem alguma dúvida que necessita esclarecer, entre em contato com a ABNT por meio dos telefones: (11) 3017-3653; (21) 39742357; (21) 39742354, ou por e-mail: sustentabilidade@abnt.org.br.



Pixabay





Roadmap para obtenção do Rótulo Ecológico ABNT

Preenchimento do questionário de avaliação preliminar

O Rótulo Ecológico deve ser solicitado junto à ABNT. O primeiro processo é o preenchimento do [Questionário de Avaliação Preliminar](#). Após o preenchimento, o questionário deve ser enviado para o e-mail: sustentabilidade@abnt.org.br. Em seguida, a ABNT fornecerá uma planilha de autoavaliação, baseada no documento de critérios PE-399.01, que deve ser preenchida conforme as instruções a seguir.

Elaboração da Proposta Técnico-Comercial e Contrato

Os custos da ABNT para uma organização com 1 produto e 1 unidade variam entre R\$18.000 e R\$20.000, para um contrato de 3 anos. Este valor não inclui despesas de deslocamento de auditores e eventuais ensaios em laboratórios.

Assinatura da Proposta e do Contrato

Visita Técnica

Desenvolvimento ou adequação dos critérios específicos

Auditoria de certificação, coleta de amostras e realização dos ensaios

Análise pelo ABNT/CTC

Emissão do certificado

Organizações avaliadas e para as quais a ABNT concedeu o Rótulo Ecológico têm o direito e podem informar ao público da sua condição de certificação nos meios de comunicação tais como internet, folhetos ou propaganda, orçamentos, veículos, cartão de visita, uniformes, brindes ou outros meios. A forma e os locais de divulgação devem seguir as instruções do [PG-15: Manual de Instruções de Uso das Marcas ABNT](#) ou [dos procedimentos específicos](#).

Auditoria de manutenção e coletas de amostras e ensaios periódicos

O ciclo de certificação é de 3 anos, com manutenção anual. A ABNT fará um acompanhamento anual da Organização certificada, conforme o item 7.2 do PG-11.14, a fim de assegurar que as condições que conduziram à emissão do certificado estão sendo mantidas.

Renovação

As exigências serão as mesmas aplicadas na certificação inicial e nas manutenções.

Contato para dúvidas e outras questões

Para mais informações ou esclarecimento de outras dúvidas, contate a ABNT por meio dos telefones: (11) 3017-3653; (21) 39742357; (21) 39742354, ou por e-mail: sustentabilidade@abnt.org.br

Saiba Mais

No decorrer das assistências técnicas realizadas com as empresas e os produtores participantes do projeto Advance SCP-Brasil, várias dúvidas foram levantadas em relação aos requisitos do PE-399.01. Elas estão reproduzidas abaixo para que auxiliem nos esclarecimentos que possam surgir.

Dúvidas Gerais

Qual valor agregado que o rótulo imputa no mercado?

R: Questões ambientais e de sustentabilidade estão sendo cada vez mais importantes para a conquista de novos mercados. Principalmente no mercado Europeu e Norte Americano. Mesmo no Brasil, considerando as compras públicas, há um forte movimento no governo para dar preferência a produtos sustentáveis ou ambientalmente amigáveis.

Qual é o custo de um processo de rotulagem ambiental?

R: Os custos da ABNT para uma organização com 1 produto e 1 unidade variam entre R\$18.000 a R\$20.000, para um contrato de 3 anos. Esta estimativa não inclui despesas de deslocamento de auditores e eventuais ensaios em laboratórios.

Quanto tempo dura o processo de aquisição do rótulo?

R: Depende da situação da empresa. Se a mesma estiver pronta para receber a auditoria, entre o processo de contratação e emissão de certificado dependendo da disponibilidade de data para auditoria, pode demorar de 1 a 2 meses, no máximo (considerando que não haja não conformidade).

Qual a periodicidade de renovação do rótulo?

R: O ciclo de certificação é de 3 anos, com manutenção anual.

Quais são as exigências para renovação?

R: As mesmas da certificação inicial e das manutenções.

No contexto da pandemia, qual tem sido a abordagem da ABNT nas auditorias/visitas? Presencial ou remota/online?

R: A ABNT tem realizado auditorias remotas. Entretanto, dependendo da situação pode ser necessário que, pelo menos, uma parte da auditoria seja realizada presencialmente.

A ABNT faz alguma análise sobre créditos de carbono?

R: Nesse procedimento não. É possível ser feita uma revisão do procedimento para inclusão de novos critérios.

Critérios para distribuição do produto

Se a rotulagem for individual (por tipo de café), aumentar a variedade de cafés implica na rotulagem novamente?

R: Se não for feita a inclusão completa de todos os tipos de café na auditoria de certificação (inicial), será cobrada uma taxa de extensão de escopo para incluir os novos produtos. A inclusão pode se dar a qualquer momento do ciclo de certificação e não necessariamente enseja uma nova auditoria. Pode ser feito por meio de análise documental.

Como o café verde está inserido no mercado nacional e internacional? Qual a relação custo-benefício em se adquirir o rótulo e obter mercado.

R: Não temos informação sobre a inserção do café verde no mercado nacional ou internacional. Entretanto, com o contínuo crescimento da exigência de proteção do meio ambiente em nível mundial, a



obtenção do rótulo torna-se um caminho facilitador de conquista de novos mercados.

Há alguma barreira, nos países importadores, devido à falta de rastreabilidade do café?

R: Não temos essa informação, mas caso seja identificada alguma barreira é possível que tenhamos um reconhecimento mútuo por meio da GEN.

Legislação ambiental

Os postos de abastecimento devem ser licenciados pelo órgão estadual de meio ambiente?

O tanque de combustível está acima do nível do solo e este é utilizado apenas para abastecimento interno. É necessário o licenciamento?

R: Toda instalação deve atender à legislação aplicável. Caso o tanque acima do nível do solo não requeira licenciamento, não será exigido.

Fertilizantes

No caso de realização de estudo das condições do solo e utilização de fertilizantes sintéticos apenas como complemento de fertilizante orgânico ou organomineral, qual percentual pode ser considerado como complemento? Seria melhor utilizar fertilizante sintético ou orgânico comprado?

R: Os fertilizantes organominerais são compostos de substâncias minerais, bem como de substâncias orgânicas de origem animal ou vegetal. É uma mistura

de fertilizantes minerais e fertilizantes orgânicos, ou seja, com um efeito complementar. Com relação aos percentuais, a organização deve realizar um estudo e apresentar à ABNT durante as auditorias.

Critérios para distribuição do produto - Transporte terceirizado

No processo de terceirização do envio do café, quais seriam os itens exigidos solicitados nos tópicos B, C, D e E? Quem são os responsáveis por atender esses critérios, o produtor rural ou somente do consumidor que busca o produto?

R: Os itens exigidos são:

- a) Programa de manutenção periódica;
- b) Licença ambiental (se necessário);
- c) Certificado de regularidade;
- d) Treinamentos periódicos aos funcionários;
- e) Conformidade com Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) / Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Deve ser considerada a distribuição que é responsabilidade do produtor. Enquanto a responsabilidade for do produtor, os critérios devem ser atendidos. Nos casos em que o consumidor busca os produtos nas instalações, por exemplo, o transporte passa a ser responsabilidade do consumidor e os critérios não se aplicam.



Considerações Finais

A rotulagem ambiental é um dos caminhos mais promissores para a implantação efetiva de uma economia de baixo carbono. E o café brasileiro tem grande potencial de ser protagonista nessa iniciativa. Este manual orienta os passos para a obtenção do rótulo ecológico tipo I da ABNT, sob as diretrizes do procedimento específico criado para o setor de café e chá no Brasil.

O setor cafeeiro nacional é uma das commodities mais pujantes na economia do país e, por essa característica de ser um produto presente no mercado internacional, está entre os mais monitorados segundo seu desempenho socioambiental. Este fato é confirmado pelo grande número de rótulos ambientais presentes no setor. No entanto, ainda há oportunidade de crescimento da validação do perfil ambiental diferenciado de muitos cafés, sobretudo a partir do rótulo ecológico tipo I.

A rotulagem ambiental tipo I se destaca como uma das ferramentas mais eficazes para promover a sustentabilidade da economia nacional. Isto porque os programas de rotulagem ambiental tipo I são construídos e pensados especificamente para determinadas categorias de produtos com base em considerações do ciclo de vida. Além disso, são programas confiáveis, tendo em vista que são submetidos e acreditados por um organismo de terceira parte.

Para o café, a rotulagem ambiental do tipo I pode ser benéfica e aplicada à toda cadeia produtiva, e com isso, agregar valor ao produto final, permitindo um maior alcance de mercado e subsidiando informações ambientais importantes para a tomada de decisão do consumidor final. Além é claro, do café rotulado oferecer uma experiência diferenciada devido a um produto que além de ser de boa qualidade, tem um histórico socioambiental confiável e devidamente atestado.



Referências

ALBUQUERQUE, I. *et al.* **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil: 1970–2019.** [S.l.]: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2020. 41 p. Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA) (Brasil). **Origens de café no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://brazilcoffeenation.com.br/region/list>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 14020:** Rótulos e declarações ambientais - Princípios gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR ISO 14024:** Rótulos e declarações ambientais - rotulagem ambiental do tipo I, princípios e procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **Rótulo Ecológico para Produtos Agrícolas.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.abntonline.com.br/CERTODADOS/Document.aspx?a=Gp%2fY24RbyWp3QK5sA8Qigg%3d%3d>. Acesso em: 10 jun. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) (Brasil). Estimativa de área cultivada. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Café:** safra 2020, Brasília, v. 6, n. 4, p. 1-54, dez. 2020. Trimestral. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP) (Brasil). **Rotulagem Ambiental Tipo I:** sustentabilidade e competitividade para produtos e serviços brasileiros. Brasília: Enap, 2021. 47 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6339>. Acesso em: 5 jun. 2021.

LOPES, P. R. *et al.* Uma análise das consequências da agricultura convencional e das opções de modelos sustentáveis de produção: agricultura orgânica e agroflorestal. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão,** Araraquara, v. 8, n. 1, p. 1-38, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/6912>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MAGALHÃES, Lana. **Ciclo do Carbono.** [2014]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ciclo-do-carbono/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RAMA GLOBAL (Brasil). **Certificação de Rótulo Ecológico.** 2021. Disponível em: <https://www.ramaglobal.com.br/ecolabel/>. Acesso em: 18 jun. 2021.



Pesquisadores



ADRIANA DE SOUZA OLIVEIRA

E-mail: adrianaoliveira@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1745955022464657>

Pesquisadora do Ibict. Assessora Técnica no Ministério de Minas e Energia (MME). Mestre em Ciências Mecânicas e graduada em Engenharia de Energia, pela Universidade de Brasília (UnB).

Meu café: arábica, torra média, encorpado, com notas de chocolate e amêndoas.



ANDRÉ LUIZ APPEL

E-mail: andreappel@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8820534055173546>

Pesquisador no Ibict. Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI-IBICT/UFRJ). Gestor da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Meu café: O primeiro da manhã, com um pouco de leite e açúcar.



CAYAN ANTUNES DANTAS

Email: cayandantas@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9474225308853941>

Assistente de Pesquisa no Ibict. Graduando em Engenharia Mecânica, na Universidade de Brasília (UnB).

Meu café: Um espresso, torrado e moído na hora, quente e simples.





JANNINE BARCELOS

E-mail: janinnesilva@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7729780084365345>

Pesquisadora no Ibict. Doutoranda em Ciência da informação, na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Comunicação, Cultura e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Comunicóloga pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Meu café: Um blend longo, forte e sem açúcar, pra começar bem o dia!



JULIANA GERHARDT

E-mail: julianagerhardt@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8884187323787181>

Pesquisadora no Ibict. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e Bióloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Meu café: um mineirinho, torra média, encorpado, sem açúcar, coado na hora!



KERLLA DE SOUZA LUZ

E-mail: kerllaluz@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7065742929034921>

Pesquisadora no Ibict. Doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Gestão de Redes de Telecomunicações, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Meu café: expresso duplo.



**LUANE SOUZA DE ARAÚJO**

E-mail: luanearaujo@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9839340122811762>

Pesquisadora no Ibict. Mestra em Gestão Ambiental, pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Geografia e Análise Ambiental, pela Universidade Estadual do Goiás (UEG). Gestora Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB).

Meu café: O que tiver para me manter acordada!

**MARCEL GARCIA DE SOUZA**

E-mail: marcelsouza@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517728665816047>

Analista em Ciência e Tecnologia no Ibict. Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Meu café: forte, encorpado e com um toque de acidez.

**THIAGO OLIVEIRA RODRIGUES**

E-mail: thiagorodrigues@ibict.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1312518668807552>

Pesquisador no Ibict. Doutor e mestre em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (EFL/UnB). Engenheiro Florestal pela UnB.

Meu café: qualquer um, quentin, em boa companhia para ouvir uns causos.





Advancing and Measuring Sustainable Consumption and Production (SCP) for a Low-Carbon Economy in Middle-income and Newly Industrialized Countries
ADVANCE SCP

Coordenação:



SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E
COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



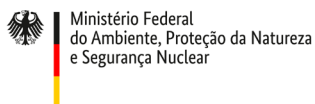
Execução:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES



Apoio:



com base em uma decisão do
Parlamento Alemão

